

MISSÃO NAVAL DOS EUA NO BRASIL 1922: cooperação ou ingerência⁵

Marcos Fábio Pereira Júnior⁶

Marcos Fábio Pereira Júnior

Resumo: O acordo da Missão Naval de 1922 celebrado entre Brasil e Estados Unidos, no campo militar naval, visava à reestruturação da força aeronaval do Brasil e de toda estrutura organizacional da Marinha brasileira, através do envio de especialistas em diversos campos de conhecimento profissional da Marinha dos Estados Unidos, para atuarem em diversas frentes: ensino militar naval, engenharia e organização administrativa. A cooperação entre os dois países, além das ações de promoção do desenvolvimento da Armada do Brasil, também demonstrava a subordinação econômica e tecnológica, com relação aos Estados Unidos tanto do Brasil, como também alguns países da América Latina. O que fica evidenciado, na proposta feita pelos estadunidenses na conferência realizada no Chile, entre Brasil, Chile e Argentina, em 1923 que estabelecia a limitação da tonelagem dos navios de guerra, das principais marinhas sul-americanas.

Palavras Chave: Missão. Naval. Acordo. Marinha. Cooperação. Ingerência.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, o fortalecimento das relações entre as Marinhas dos Estados Unidos e do Brasil se intensificaram, movido pelo empenho do Brasil em modernizar sua esquadra, e redefinir toda sua estratégia de operações no contexto regional. O projeto de 1906 introduzido pelo então Ministro da Marinha Júlio de Noronha, visava à compra de navios e equipamentos o que segundo o Ministro, colocaria a esquadra brasileira no mesmo nível das Marinhas de Argentina e Chile, que naquele período estavam mais bem equipadas.

⁵ Artigo apresentado como conclusão do curso de Pós Graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Orientador : prof. André de Godoy Farah . Palhoça, 2017.

⁶ Acadêmico do curso de Pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina. Email: marosjunior67@yahoo.com.br

Haja vista que as diretrizes que norteavam a Marinha do Brasil estavam voltadas para o Atlântico Sul, devido a uma histórica rivalidade geopolítica regional. O que remonta o período da Guerra de Cisplatina, entre Brasil e Argentina que já se enfrentavam, no cenário de conflitos regionais na bacia do Rio da Prata, em um período onde as disputas se acirravam. O Brasil já nos primeiros anos da república, não alterou de forma significativa suas operações no campo estratégico naval, mas como colocado pelo então Ministro da Marinha já em 1904, o Almirante Júlio de Noronha a força naval necessitava de uma profunda reestruturação.

A consolidação das nossas fronteiras, e a intenção de colocar o País na posição de liderança no contexto regional, norteava os intentos do então chanceler brasileiro o Barão de Rio Branco, que acenava para uma aliança estratégica com os Estados Unidos. A urgência dessa aproximação se via também no fato de alguns países do hemisfério sul, recorrerem aos Estados Unidos, para que este intervisse contra o Brasil.

Washington sempre foi o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. [...] Em 1903 e 1904, no período agudo de nossas dissidências com a Bolívia e com o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores. O ex-Presidente Capriles, da Bolívia, confessou, em um folheto conhecido, o que por ordem sua foi feito nesse sentido. (PARANHOS, 1912, p.142).

A aproximação com os Estados Unidos, feita por Rio Branco deve ser vista como a abertura de um intercâmbio duradouro entre as duas nações. No campo das estratégias de desenvolvimento da ideologia naval, a concepção do Almirante Alfred Thayer Mahan, que defendia o expansionismo das forças navais para o crescimento das Nações, foi amplamente difundida na organização e no pensamento estratégico da Marinha brasileira. Até o ano de 1922, a Marinha do Brasil não figurava entre as maiores forças navais do mundo, o que fez com que a assinatura de um contrato de alinhamento amplo e duradouro, se concretizasse:

Quadro 1 – As maiores Marinhas do Mundo (1914 á 1922).

1914		1922		Diferença
País	Tonelagem	País	Tonelagem	
Inglaterra (1º)	3.560.000	Inglaterra (1º)	1.406.450	- 60,49%
Alemanha (2º)	820.000	Estados Unidos (2º)	986.000	+ 20,24%

Estados Unidos (3º)	718.000	Japão (3º)	514.100	+ 31,82%
França (4º)	560.000	França (4º)	343.400	- 38,67%
Japão (5º)	390.000	Itália (5º)	273.200	+ 18,78%
Rússia (6º)	250.000	Rússia (6º)	265.200	+ 6,08%
Itália (7º)	230.000	Argentina (7º)	94.000	- 1,05%
Argentina (8º)	95.000	Alemanha (9º)	49.200	- 94%

Fonte: ARGENTINA, 1991.

A meta pretendida pela Marinha brasileira era a de se equiparar, com as principais forças navais do subcontinente sul americano. E a cooperação entre Brasil e Argentina, nos diversos desafios regionais se inviabilizava com a aproximação do Brasil, no campo estratégico militar com os Estados Unidos, enquanto os argentinos mantinham estreita relação com os Britânicos.

2 MISSÃO NAVAL E SUAS BASES FUNDAMENTAIS

No dia 2 de março de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa, após várias reuniões com Estado-Maior da Armada, autorizou o seu Ministro da Marinha Dr. Veiga Miranda, a dar início às tratativas sobre a Missão Naval. A escolha da parceria com os Estados Unidos se dava em parte pelo convênio já existente no ensino na Escola Naval, que já contava com oficiais da Marinha dos Estados Unidos ministrando aulas naquela instituição desde 1914. Como dito em seu relatório:

[...] na parte do ensino (na Escola Naval de Guerra) estão sendo introduzidas sensíveis modificações pela missão americana [...] despedi-los não seria somente descortesia; seria injustiça contra quem sempre se mostrara à altura de seus deveres e de suas funções. (Autor, Almirante Guilhem, 1934, p 2.)

Desde sua fundação, a Escola de Guerra Naval contou com a presença em seu quadro de instrutores de oficiais da Marinha dos Estados Unidos. A contratação destes se justificava pela falta de pessoal capacitado no Brasil para exercer tal função, pois o nosso quadro técnico não contava com profissionais qualificados. O que demonstrava nossa precariedade naquele momento.

O governo norte-americano então designou o Capitão-de-Fragata Philip Williams que se apresentou na Escola ainda em 1914 e correspondeu plenamente às expectativas como instrutor da disciplina apontada, destacando-se também como um eficiente orientador da matéria (MISAEL, 2014, p. 7).

O ensino militar focado nos princípios da doutrina Estadunidense moldou o pensamento que pode se dizer, satélite da ideologia dos Estados Unidos. Todas as despesas com pessoal e seus familiares vindos dos EUA, ficariam a cargo do governo brasileiro. O treinamento do corpo técnico seria realizado nos Estados Unidos, pois a baixa qualificação dos mesmos exigia um aperfeiçoamento que atendesse as novas exigências tanto de estratégia, quanto de tecnologia.

Assim como todas as Diretorias Técnicas foram reformuladas sob as diretrizes do oficialato da Marinha dos EUA, reconhecido pelo comando da Marinha como uma alternativa imprescindível para colocar o Brasil na vanguarda das maiores armadas do mundo.

A Escola de Guerra Naval, fundada em 1914, vem, desde sua fundação, prestando serviços relevantes. O estudo aprofundado dos problemas estratégicos, táticos e logísticos proporcionam aos oficiais conhecimentos de grande valor na sua formação técnica, acresce que os ensinamentos obtidos pela utilização do material moderno em experiências e manobras que ainda não nos é possível realizar, ensinamentos transmitidos por oficiais americanos da Missão Naval tem concorrido para a formação de uma doutrina avançada que permite a utilização do nosso material naval dentro dos preceitos modernos. (GUILHEM, 1937, p. 3).

O investimento no incremento da logística aeronaval foi um dos atos prioritários da Missão Naval de 22, estendendo-se ao corpo de fuzileiros navais, com a introdução de operações anfíbias. As subordinações intelectuais e também técnicas se aprofundavam em níveis de dependência muito altos, a partir dos contatos com equipamentos e doutrinas da Marinha Estadunidense. O acordo previa a aquisição de belonaves ao EUA, além de suporte técnico, o que nos colocava na condição de submissão aos ditames da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, e concedia também licença para construção de contra torpedeiros, no Arsenal de Guerra da ilha das Cobras, sob a supervisão técnica e posteriormente o pagamento de royalties as empresas responsáveis pelo suporte e manutenção.

Na prática, não nos daria autonomia e sim aprofundamento da ingerência dos Estados Unidos com relação ao Brasil. Os investimentos ingleses na Argentina, desde o início do século XX e a parceria daquele país com a Marinha Britânica cada vez mais estreita, também foram fatores contribuintes para que o Brasil optasse, por uma aproximação com os Estados Unidos também na esfera militar naval.

Cabe ressaltar alguns aspectos históricos relevantes para uma compreensão mais clara e profunda dos acontecimentos que nos colocaram na posição de subalternidade, no campo militar. Independência de Portugal, que estava com sua economia atrelada aos bancos ingleses, e conseqüentemente colocava o Brasil em uma condição de ter que se subordinar ao monopólio britânico para financiamentos e investimentos em infraestrutura, o que agravou o aprofundamento dessa subordinação foi a Guerra do Paraguai, onde o Brasil obteve um alto grau de endividamento devido aos empréstimos feitos aos bancos da Inglaterra, com a finalidade de financiar a guerra contra Solano Lopez.

2.1 Normativos Técnicos implantados pela Missão Naval

Reforma e reestruturação do Arsenal da Marinha na Ilha das Cobras. (AMIC), a baixa qualificação técnica e a falta de um programa de especialização do corpo da armada, levavam uma acumulação de funções que iam de mecânica a instrutores, para os novos militares que eram designados para servir no Arsenal. Mesmo com apoio governamental e com a assinatura de um acordo que á priori intencionava um avanço no desenvolvimento de toda a Marinha, a histórica falta de orçamento mais uma vez travou alguns projetos.

A insatisfação do chefe da missão o Contra Almirante Carl Theodore, que se queixava da falta de informações por parte dos oficiais da Marinha do Brasil, que ainda viam com desconfiança o objetivo deste acordo. Para o governo dos Estados Unidos isso era visto como um entrave aos interesses de Washington na região, pois a sua política regional sempre teve como prioridade a submissão do subcontinente aos seus interesses. Como ficou explícito, no programa de reaparelhamento da aviação naval.

A missão dos EUA também procurou interferir, mas aparentemente sem o mesmo sucesso como nas demais instâncias. Em despachos de junho de 1926, foi sugerido que a Marinha priorizasse aquisições de aparelhos de instrução, “aviões escola”. Havia inclusive uma confusão técnica por parte do EMA do emprego e tipo de aviões...” A Marinha entre guerras: o esforço de reconstrução da autonomia operacional. (SANTOS VAL, 2016, p. 47).

Os aviões que a força aeronaval dispunha desde sua fundação em 1916, eram essencialmente hidroaviões, pois nenhum navio da Esquadra era equipado com aparelhos catapultáveis. E os oficiais designados para serem pilotos eram voluntários, e não preparados através de seleção específica, assim como também a não existência de um corpo de engenheiros, o que abria a exigência do envio de oficiais aos Estados Unidos, para realizarem cursos de aperfeiçoamento.

Ao mesmo tempo, a estrutura de manutenção era escassa. Apesar de alguns oficiais treinados no exterior, não havia pessoal e peças fabricadas no Brasil. A oficina da manutenção, estruturada na Escola Naval, foi transferida para a Praia do Galeão, mas carecia de recursos para instalar os equipamentos adquiridos (Santos Val, 2016, p. 67.)

Em princípio a oficina na praia do Galeão contava com uma área de 19.000 mil metros quadrados, e era apenas utilizada como oficina de reparos. O demonstrava a precariedade histórica da infraestrutura da Marinha. Uma análise mais criteriosa do que foi a Missão Naval de 1922, dá a possibilidade entender os verdadeiros alicerces da nossa Armada de Guerra, a subordinação que nos deixa imóveis em muitos casos, e nos impede de desenvolver nossos próprios meios que com certeza nos coloca em uma posição inferior. O aprofundamento das prerrogativas a serem modificadas no acordo entre os dois países, vai além de uma mera formalidade comercial. Transcende a retórica de simples parceria, pois os métodos aplicados ultrapassam a esfera técnica e econômica.

Considerações de política externa e outros fatores políticos afetam cada decisão específica de importar ou exportar navios. Compradores e vendedores podem utilizar as negociações de vendas de armas para reforçar ou desafiar esferas de influências existentes. Negociações de vendas de armas estão habitualmente vinculadas a outros tipos de negociações de relações político militares e econômicas. (Vidigal, 1986, p. 58. Vidigal p. 97).

A cooperação no setor militar, normalmente é vista como um alinhamento político e ideológico, por parte dos envolvidos. Desde o período do Brasil colônia que a nossas parcerias neste setor, feitas com países europeus como França, Itália e principalmente

Inglaterra visavam à ampliação nas relações comerciais e também o aprofundamento das relações políticas e econômicas no Brasil.

O recebimento de navios subsidiados pelos EUA a nossa Marinha prejudicava o desenvolvimento do setor militar naval, visto que a Esquadra brasileira apenas executava aquilo que era interesse dos norte-americanos no que tange às suas atribuições e isso incomodava algumas autoridades navais brasileiras.” (ALVES, 1984, p. 30).

Pensar a Missão Naval de 1922, como o prenúncio de uma cooperação que viria a aprofundar e ampliar a parceria Brasil, Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, não deve ser vista como a única prerrogativa, mas sem dúvida foi um fato vital para esta aproximação. Acordos comerciais nas áreas de produção industrial de base, financiamento para aquisição de armas, e linhas de comércio com prioridades para produtos brasileiros nos EUA. O Brasil, que vislumbrava uma posição de hegemonia na América do Sul desde tempos passados, esbarrava na sua histórica precariedade econômica no setor produtivo, e via o alinhamento com a grande potência do continente, como a única forma de se colocar em posição de protagonismo no hemisfério sul. Mesmo que o preço fosse à subordinação político econômica.

Desde que foram elaborados os acordos provenientes da Missão Naval, não houve a implementação de nenhum projeto de investimento e consequente desenvolvimento do parque industrial naval brasileiro. Com a compra ou a fabricação de navios com plantas técnicas dos Estados Unidos, ratificou-se a prática histórica do Brasil, de abrir mão de sua autodeterminação no campo econômico e também industrial. O que ficou evidente com a prorrogação deste acordo até o fim da Segunda Guerra Mundial, com a implantação do Estado Novo surge um programa de reestruturação naval mais amplo e de maior dependência tanto econômica, quanto tecnológica.

A subordinação brasileira aos EUA, em termos navais, possibilitou à Esquadra brasileira fazer a guerra no mar em moldes modernos, proporcionando o contato com equipamentos de projetos recentes e sofisticados (sonar, radar etc), houve mudanças no pensamento estratégico, não mais voltado apenas para o cone sul, mas ampliando os horizontes em termos mundiais, houve ainda um despertar da vocação marítima da nação, porém as consequências desse processo seriam a total dependência em termos de material, pessoal, do sistema doutrinário e estratégico e, sobretudo, uma quase total submissão intelectual nos anos posteriores à Segunda Guerra. (AMARAL, 2016, p. 56 á 61). Ao contrário do que menciona Misael Henrique Silva do Amaral:

É digno dizer que o papel da Missão Naval Americana no Brasil foi extremamente favorável ao desenvolvimento da construção naval militar no país, haja vista que, devido ao empenho desta Missão, a Marinha brasileira obteve os planos de construção dos contratorpedeiros norte-americanos classe Mahan, como já mencionado, e que seriam os navios classe “M” Marcílio Dias. (GREENHALGH, 1934, p.55).

É notório que a obtenção de projetos dos Estados Unidos principalmente no campo militar, não garantiu a apropriação integral das técnicas e muito menos acesso a tecnologias de produção de novos equipamentos, o envio de técnicos, e o controle das informações vitais como plantas tecnológicas, foram de exclusividade da Marinha dos Estados Unidos. Pois a eles não interessava a liberdade total ao seu parceiro sul americano, mas sim, a perpetuação de sua política de hegemonia continental.

3 CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que as bases que fundamentaram o acordo que culminou com a Missão Naval de 1922, foram principalmente a nossa precária infraestrutura e carência de recursos financeiros, as autoridades brasileiras, dentre elas o Chanceler brasileiro e o próprio Presidente da República a apoiaram e concretizaram o acordo bilateral. Visto como uma cooperação entre as duas Marinhas, na verdade aprofundava-se muito mais as relações de interferência dos oficiais da Marinha dos Estados Unidos. A doutrina implantada a partir da Missão Naval de 1922 consolidou a ingerência dos Estados Unidos também no setor estratégico militar, mesmo sendo vista com desconfiança por alguns membros do oficialato da Marinha brasileira, teve seu apogeu no período da Segunda Guerra Mundial.

Destaca-se também, no processo de reaparelhamento naval, que todo o aparato de equipamentos e aperfeiçoamento de pessoal, estaria a cargo dos Estados Unidos, por mais que se pense que o acordo estaria apenas no âmbito de uma cooperação, as intenções e o grau de interferência levariam a uma profunda influência e conseqüentemente a uma dependência. O que causou um nível de estagnação com relação a desenvolvimento de estratégias e aparelhamento de uso militar naval, por parte do Brasil. A ingerência não foi uma causa meramente natural, inevitável pela liberdade de decisões tomadas pelos membros da missão,

e também intencional por parte dos Estados Unidos, pois fazia parte de sua Política de Estado desde as primeiras décadas do século XIX.

Reforça-se a necessidade de uma avaliação aprofundada e ampla dos ambientes de época, para que se perceba a repetição de ações que sempre perpetuaram a nossa condição de meros absorventes de tecnologias estrangeiras, e o nosso protagonismo no abastecimento de indústrias estrangeiras com nossas matérias primas. No campo militar, a dependência não só de meios técnicos, e também a subserviência a estratégias operacionais que não atendiam as verdadeiras potencialidades do Brasil, o que sempre adiou o processo de formação da nossa identidade nacional soberana. Se percebermos a história trágica desse legado, é sempre recorrente.

Apesar de algumas obras abordarem a cooperação no setor militar entre Brasil e Estados Unidos, verifica-se uma análise pouco crítica, em relação às consequências dessa política de aproximação, um embasamento histórico pouco explorado. A ingerência pode ser vista como uma saída se for analisada sob o ponto de vista do explorado, pois nessa condição as percepções são particulares, e ricas em alternativas de desenvolvimento de nossos valores. Baseado na independência, e apropriação da nossa autodeterminação.

O que se caracterizou como um programa de cooperação entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos, na verdade foi mais uma ação de continuidade da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, ou seja, ingerência e controle. Propagado desde os ditames manifestos no discurso do presidente James Monroe em 1823. A ingerência histórica que nos faz subordinados a meros compradores, e admiradores cegos da capacidade de nosso parceiro do Norte, em ser o melhor em tudo. Colonização cultural, que traz em si a marca da inércia de nós brasileiros, de não nos vermos como civilização específica, e historicamente diversa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camilo. A “aliança especial” Brasil Estados Unidos e o poder naval brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 37 a 68 1984

BURLAMAQUI, quem?. **Esboço da política naval brasileira**, op.cit. pp.43-45; Melo Franco a Pacheco, tel., Santiago, 25 abr. 1923, AHI 273/3/16. Relatórios da Missão da Marinha dos EUA no Brasil, Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha (DPHDM), AMRJ; anos selecionados: 1923;1926, 1928, 1938, 1942.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves; Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. Centro Tecnológico da Aeronáutica.. Palestra. Exercito.

MINISTRO DA MARINHA, Almirante Henrique Aristides Guilhem, datado de 1939. p. 17. Arquivo da Marinha. MARTINS, op. cit. p, 35.

MISAEEL, Henrique Silva do Amaral. O desenvolvimento da Marinha Brasileira e as Relações Militares Entre Brasil e Estados Unidos da América. **Revista Dia-logos**, v. 10, n. 02, p.52-61, jul.-dez. 2016.

Paranhos, José Maria da Silva . A política externa brasileira de dezembro de 1902 a fevereiro de 1912 foi toda de Rio Branco. ... Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 139-62.

SANTOS VAL, Sylvio dos. **O Périplo do Cisne Negro**. Gramma, 2016.

TELLES, Carlos Pedro da Silva. **História da Construção Naval no Brasil**. Rio de Janeiro: Femar, 2001.

SANTOS VAL, Sylvio dos A. Marinha entre guerras: o esforço de reconstrução da autonomia operacional. **Revista Navigator**, vol 09 N 17 p. 22 a 41Out, 2013.

VIDIGAL, Armando A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985, pp.59-61.